

Centenário de SOUSA DA SILVEIRA

AIRES DA MATA MACHADO FILHO

Formação, convicção e pendores de filólogo tinham de impor a Sousa da Silveira a missão de preconizar e defender a Reforma Ortográfica Portuguesa de 1911. O interesse pela palavra viva proviria de Gonçalves Viana, cujos trabalhos inauguraram o tratamento científico da escrita portuguesa e serviram de base ao sistema que, elaborado pela nata da filologia desse tempo, o teve como relator, capaz de transigir em alguns pontos. Lendo-o, verificou o filólogo brasileiro que a tradição ortográfica da língua é a balbúrdia e que a grafia etimológica possível está na simplificação fonética.

Etimológica, sim. A palavra não é, primordialmente, conjunto de sinais visíveis. A origem não se atesta através de símbolos convencionais de vária pronúnciação, mas mediante a evolução documentada dos fonemas, determinada pelas tendências inscritas no sistema fonológico do idioma. Etimológica é a grafia *fruta*, nunca a que inculca o *c* mudo antes do *t*, em memória da imagem visual do latim *fructa*. O que levou à representação atual foi a vocalização do *c*, donde *fruita*, que o povo conserva dialetalmente, e a posterior monotongação em *fruta*. As geminadas, em português, carecem de sentido, pois deixaram de corresponder à realidade sonora, existente em latim. A prova é que o teimoso em conservá-la no pronome reto da terceira pessoa, em respeito ao perfil do étimo *ille*, jamais dobra o *p* em estopa, por exemplo, em atenção ao latim *stuppa*.

Nem a doutrina, nem a exemplificação lograram convencer os filólogos menos lidos e os literatos desinformados, que se apegavam ao esteticismo, falsamente estribado na origem, ou se refugiavam, simplesmente, no comodismo, inimigo de mudanças. Entre nós, dos

lingüístas de primeira plana, só desaceitou a reforma, inexplicavelmente, o grande sintaxicólogo Manuel Said Ali. Os outros, Antenor Nascentes, José Oiticica, Silva Ramos, Mário Barreto, Otoniel Mota ensinaram a nova escrita, na cátedra e na imprensa, praticaram-na nos seus livros didáticos ou incluídos na divulgação de alto nível.

Seguiram-na escritores como Afrânio Peixoto, Eduardo Frieiro, Amadeu Amaral. Esse não trepidou em empregá-la na obra com que fundou a *Dialetologia Brasileira*, *O Dialeto Caipira*, em 1920.

Em recensão que lhe dedicou, Sousa da Silveira não deixou de frisar tal circunstância, mostrando como se realizava plenamente o propósito de aplicação à língua, em todas as fases e em todos os lugares onde se fala. Ainda assim, o mestre viu-se obrigado a travar polémicas com os recalitrantes.

Escapava-lhes que a escrita, em todos os idiomas, não passa de forma de compromisso, nunca alcança reproduzir a pronúncia, com exatidão absoluta. Nem pretende fazê-lo a reforma de 1911. Se o tivesse em mira, revelar-se-ia inexequível, não no Brasil, como em geral se pensava, mas no português da Europa. Justamente para se aplicar às duas modalidades da língua, não buliu no vocalismo, que é pobre em Portugal e rico entre nós. Se a representação fosse rigorosamente sônica, deixaria de servir em vocábulos como **perfeito**, **cantar**, **Boléo**, com as pronúncias p'rfaito, cantare, Buléu, em Portugal. Daria certo precisamente no Brasil onde todas as vogais se proferem. **Cantar**, aliás, corresponde também às exigências dos nordestinos que, mesmo nas classes cultas, costumam elidir o r final nos infinitivos. Acrescente-se que o Vocabulário de Gonçalves Viana consigna, em pé de igualdade *quere* e *quer* (do verbo *querer*), em atenção ao bom uso no Brasil. É que, ortografia é uma coisa e pronúncia outra, muito diferente, conforme não se cansou de mostrar e demonstrar Sousa da Silveira.

Com o mesmo espírito, era-lhe indiferente o acento agudo ou circunflexo em nasais acentuáveis, como em *tônico* e *Antônio*. Aparecem o fechado e o aberto, tanto em Portugal como no Brasil. A notação léxica, costumava explicar, não marca distinção de timbre, mas exclusivamente a tonicidade. Nem lhe custava manter as consoantes mudas que, no Português da Europa, influem na pronúncia de vogal anterior como em *acção* e *director* (*ação* e *diretor*). Poderiam manter-se tais consoantes, sem influírem na pronúncia, neste lado do

Atlântico. Se o tivessem ouvido ter-se-iam evitado mudanças sucessivas, de repercussão pedagógica inegavelmente prejudicial, e chegar-ia à completa unidade ortográfica, aqui e em Portugal, tal como se verifica em todos os países de fala espanhola, sem tolher nem contrariar a natural diferenciação idiomática.

Quando irrompeu a revolução de 30, o escritor Humberto de Campos, então Deputado e acadêmico, tinha apresentado projeto que ressuscitava o sistema sônico da Academia Brasileira de Letras que, em 1907, foi apresentado por Medeiros e Albuquerque, com adesão de João Ribeiro e do próprio Machado de Assis. O seu principal autor tinha como ponto de honra, por serôdia lusofobia, ignorar a existência dos trabalhos de Gonçalves Viana. Não pegou, nem pegaria, enquanto estivesse nas mãos de Sousa da Silveira e de outros mestres.

Em memorável inquérito, quis ouvi-lo o Correio da Manhã. Deu resposta favorável ao sistema resultante da reforma de 1911 que, ao contrário da acadêmica de 1907, menosprezadora de Portugal, levou em conta o caso do Brasil. Na mesma ordem de idéias, pronunciou-se a grande maioria dos filólogos entrevistados, apenas sugerindo leves alterações. E, como essa tendência se afigurava *capitis diminutio* para a Casa de Machado de Assis, consoante a observação do acadêmico Gustavo Barroso, cogitou-se do acordo ortográfico luso-brasileiro que, estribado em convenção internacional, foi adotado oficialmente em lei de 30 de abril de 1931.

Em conseqüência, Portugal teve de aceitar as mudanças propostas pelo Brasil, todas para pior, como não tardou em denunciar Sousa da Silveira.

A correção só veio em 1940, com o Vocabulário Ortográfico português, orientado pelo humanista Rebelo Gonçalves e com o Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, de 1943, que nele se baseou. Tornou-se definitiva a unidade com a ratificação do acordo ortográfico, que encareceu a conveniência de se entregar o assunto à autoridade inconcussa das duas academias, o que tornou realizável a unificação possível, a essa altura, quando se procedeu à simplificação da acentuação gráfica em 1971, já estabelecida em Portugal. Sousa da Silveira não pôde alcançá-la, pois faleceu em 1967.

Entrementes, a Constituição de 1934 tinha erigido a Carta Magna de 1891 em código ortográfico para se chegar, subrepticamente, à volta do complicado e anticientífico sistema usual ou misto. Sousa da Silveira, que só a custo havia tolerado a grafia resultante do pri-

meiro acordo, e que, juntamente com a diligência de Antenor Nascentes, contribuiu, pela imprensa, para sua emenda, enfileirou-se entre os filólogos brasileiros, que protestaram contra o inadmissível regresso. E a verdade é que, não se achasse à frente do Ministério da Educação político da formação e da cultura de Gustavo Capanema, e muito outro teria sido o resultado dos esforços empreendidos.

Só o papel de Sousa da Silveira na preservação da simplificação ortográfica científica, que ao cabo prevaleceu, bastaria para justificar a comemoração do centenário do seu nascimento. E fez mais, muito mais. Imprimiu novo rumo ao ensino da língua, preconizando se fizesse a partir dos textos escritos, tanto nas Lições de Português de 1923 e nos Trechos Seletos de 1919, seu complemento prático, e ainda em Instruções Metodológicas Oficiais, da sua autoria, as quais urge serem retomadas. Inaugurou, no Brasil, a Crítica Textual, desde a edição de Casimiro de Abreu, de 1940, até as que foram reunidas no volume **Textos Quinhentistas**. Foi o primeiro em chamar atenção para o alcance da Fonética Sintática, em volume desse título aparecido em 1952.

Como poucos, soube formar discípulos, que lhe continuam e divulgam as idéias lingüísticas, fruto da inclinação científica de quem primeiro estudou engenharia civil, aliado ao bom gosto literário e ao senso histórico de humanista exemplar. Mestre, como os que mais o foram.